

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco reuniram-se de forma on line para a reunião de Câmara de Ensino Fundamental / Especial os conselheiros Ana Lucia Rodrigues, Carolline Pereira de A. Maia, Clicie Maria Cancelier Negoseki, Dhebora Cristina da Silva, Domingas de Fatima Cardoso Amaral, Luiz Carlos Costa da Silva, Maristela do Rocio Dittert, e a convidada Maria Helena Guedes Tetu.

A Presidente do Conselho Municipal de Educação Carolline Maia inicia a reunião cumprimentando a todos e solicita que os interessados em se candidatar a Presidente e Secretário desta Câmara que se manifestem e diz “ é importante aí que a gente tome frente dessa. É tranqüilo, gente, não é muita coisa não, eu sei que a demanda de trabalho de todos vocês é bastante . Mas a gente tem muita ajuda aqui da Néia, da Vanessa das meninas também e a gente está junto vai ajudando. Mas é necessário o Regimento ordena isso então a gente tem que cumprir para estar iniciando. Não se assustem com isso.” A Conselheira Dhebora se manifesta “ Tá bom, eu posso ficar.” A Conselheira Carolline continua “ a gente precisa de um secretário também. Secretário, secretária. A Conselheira Clicie fala “Eu indico o Luiz.” O Conselheiro Luiz responde “É que eu já fui, meu anjo. E a Ana Lúcia também tá ali .Vai Carol, coloca meu nome que Deus começa e a gente já começa a reunião.” A Conselheira Carolline faz a leitura do documento enviado pela Escola Municipal Ernestina Macedo de Souza Cortez , que já foi encaminhado aos conselheiros com a solicitação da liberação de estudantes para que possam realizar o almoço em casa e diz “ Como é a primeira reunião eu vou ler aqui a o Ofício que foi encaminhado pela diretora e o pedido que foi feito ao Conselho, aí a gente começa as discussões eu acredito que não vai ser demorado, são duas crianças.” Questiona assim a Conselheira Clicie sobre o conhecimento do Departamento de Educação Especial. A Conselheira Clicie responde “ sim a diretora ligou para pedir orientação com relação a isso eu disse para ela que o departamento não tem autonomia ou autoridade para abrir qualquer precedente e como existe um documento do Conselho que seria interessante ela consultar o Conselho, lembrando sim que a criança com TEA ela tem direito, garantido em lei de que haja adaptações, flexibilizações, apoios e suportes necessários a sua permanência, dentro da Unidade Escolar de forma mais adequada possível, a gente tem algumas legislações que esbarram nesse sentido, até por isso eu solicitei no nosso plano de trabalho enquanto departamento, que a gente voltasse também a discutir esse documento do Conselho porque a gente precisa trabalhar no sistema educacional inclusive. E quando a gente estabelece algumas barreiras, a gente exclui ao invés de incluir. Eu entendo que há uma lei federal sobre alimentação a toda uma normativa, não entendo porque que o MEC ainda não fez esse tensionamento a nível nacional com um intuito de regulamentar a alimentação das crianças com TEA uma vez que há uma seletividade, às vezes até ela é um pouco menor, mas tem umas que tem seletividade num nível absurdo e que eu já falei para Maria Helena. Eu reforço aqui que eu acho desumano a gente deixar uma criança quatro horas,cinco horas sem se alimentar dentro de uma unidade. Então eu acredito que enquanto Conselho a gente possa assim chegar ao meio termo e de atender , a gente precisa cumprir sim a legislação da alimentação escolar, mas a gente também precisa atender o direito dessa

criança, dentro das suas especificidades.” A Conselheira Domingas afirma “penso exatamente igual a Clicie, porque existe a lei do município, mas existe uma lei maior se a gente pensar e adaptação, flexibilização, inclui tudo e a criança que tenha realmente essa seletividade, ela não se alimenta mesmo. Até o fato dessa criança também ficar às 9 horas na escola já é preocupante, então eu acho que a gente tem que repensar sim de repente pensar que existe aí uma lei maior que garante a essa criança.” O Conselheiro Luiz fala “Eu queria antes de falar, escutar também a Maria Helena, o que traz aí da merenda.” A Convidada Maria Helena diz “Bom dia para todo mundo, assim quanto as questões de adaptação de alimentação elas são feitas, para as crianças com autismo. Então a gente tem um protocolo de atendimento aqui na Divisão de Merenda, as diretoras precisam enviar para a gente o laudo médico, que afeta a condição da criança e também um resumo alimentar então a própria família, ela preenche um formulário que diz quais alimentos a criança aceita, quais alimentos que ela não aceita isso tudo pensando dentro do hall de alimentos que a gente consegue fornecer na alimentação escolar. Por exemplo aí a criança só aceita macarrão instantâneo e bolacha recheada. Isso a gente não consegue ofertar, mas dentro daqui lá criança, não aceita macarrão, só aceita arroz, tudo bem, vai arroz para ela. Então esse sentido assim a gente consegue fazer algumas adaptações, no caso ali do Ernestina que é cem por cento da unidade é integral, a gente acabou esbarrando nessa condição aí que tem crianças com autismo que tem que ficar o dia inteiro. Eu cheguei a ir na unidade com a Sirlei que é responsável por cuidado da educação em tempo integral aqui na SEMED, infelizmente no dia que a gente foi a criança não estava o menino não lembro o nome dele. E ele não tava acho que vale expor aqui, a mãe do Nicolas já tinha conversado com a gente ano passado tinha feito reunião da divisão de merenda com a Márcia também. Ela reclamou da qualidade da alimentação, ela reclamou, falou que a temperatura não tava chegando boa. Aí a gente até comunicou a diretora, porque a diretora se tivesse qualquer questão de qualidade de temperatura, ela tinha que me informar a divisão de merenda. Isso foi ano passado aí esse ano ela voltou a procurar a gente aqui na Semed para dizer que ela não queria mais discutir sobre a qualidade da alimentação, ela queria realmente autorização para o filho dela fosse almoçar em casa. Eu falei olha, isso não cabe a Divisão de Merenda Escolar. O que a gente pode fazer é adaptação da alimentação dele como já tem sido feito. Então acho que vale explicar aqui para todos, que não conhece essa adaptação da alimentação das crianças a gente consegue atender e aí a questão da aceitação eu entendo, que algumas crianças aceitam outras não, mesmo com a condição de TEA ou não, que acho que não aceita, todas as preparações de alimentação escolar. E aí é realmente caso a caso, né? Mas fica à disposição se alguém tiver alguma dúvida.” A Conselheira Caroline questiona “A mãe chegou a falar para você Maria, o que a criança costuma se alimentar?” A Convidada Maria Helena responde “as diretoras sempre preenchem esse formulário a equipe aqui tem o formulário, a diretora digitaliza e envia agora eu não estou com formulário aqui, mas eu posso providenciar já para a gente para a gente ver, já vou pedir ali para uma delas imprimir para mim só um pouquinho.” A Presidente da Câmara Dheborá fala “Essas crianças elas só estão com dificuldade para o horário de almoço? O lanche é tranquilo, é isso?” A Conselheira Caroline responde que o ofício enviado pela escola consta o pedido para o horário do almoço. A Presidente

Dheborá continua “ É pois é, porque assim até eu li no da menina, de barulho, de odor, de pessoas, aconteceria no lanche também. Daí seriam dois lanches e mais um almoço.” A Conselheira Caroline diz “ No parecer não fala mas eu acredito que a dificuldade maior da família seja com o almoço, mas creio eu que o lanche possa ser mais aceitável para criança, quem sabe seja isso que a família esteja sentindo dificuldade na hora do almoço, então vem e retira a criança e traz a criança novamente para casa e daí também no lanche não seria possível, imagine pega um horário de manhã, essa criança fica integral, retira, volta tira, volta tira, então acredito que a família entrou no consenso da hora do almoço.” A Presidente Dheborá DIZ “ e outra coisa , a ideia que hoje é fazer a liberação só para esses dois ou já levar para o Conselho na quinta-feira algo que já se aplica para qualquer outra criança, porque escola integral tem as outras, que tem uma parcela em tempo integral.” A Conselheira Caroline responde “ Na verdade foi solicitado, no plano o estudo, a inclusão na deliberação sobre os autistas. Então a gente vai fazer isso tudo ainda Débora, hoje é só das crianças mesmo.” A Conselheira Clície fala “ Então é assim quando a gente discute a alimentação de crianças com TEA a gente não discute somente aceitação ou não, a gente tem dificuldade com o cheiro da alimentação às vezes a família falar ela só come pão “panco” não é pela marca é o cheiro é o sabor, então nós precisamos entrar num contexto um pouco maior de entender que o cheiro a forma como vem armazenada, os talheres, a temperatura assim a textura que esse alimento chega, então uma criança hipersensível, ela não gosta de alimentos rígidos com textura mais ácida com textura que seja um pouco mais porosa, né? E às vezes assim, ah, mas ela come arroz Ok mas o arroz que ela acostumada a comer ele tem, vem com cheiro diferente um sabor diferente são coisas que nós pessoas típicas talvez para nós passe muito despercebido para nós não faz diferença nenhuma para nós não influencia em nada, mas o contexto de uma criança com TEA ela é mil vezes mais exacerbado do que para nós, e nós temos um entendimento, não temos uma rigidez cognitiva que nos faça entender que se a gente come o arroz daquele jeito hoje não tem problema, amanhã a gente come outro arroz , a criança não ela estabelece um padrão e para mudar esse padrão leva assim muito tempo, às vezes um ano, às vezes nove meses, às vezes nunca consegue se mudar esse padrão e a criança típica, ela pode não gostar de comer determinados alimentos. Mas com o tempo ela tem um outro paladar que possa ser desenvolvido então quando a gente pensa na alimentação da criança com TEA não é só se gosta ou deixa de gostar. Às vezes tem implicações que geram tanto desconforto que causa um uma desorganização comportamental ou uma rigidez comportamental não aceitando a possibilidade de qualquer tipo de outra alimentação que possa ser diferente daquela . Então a discussão precisa ser bem mais ampla no sentido de que eu sei que o município oferta é um rol de cardápios que pode ser substituído, mas a gente precisa entender que às vezes a substituição naquele momento não substitui nesse sentido.” A Conselheira Ana Lucia fala “ só para colocar para vocês , primeiro eu senti falta Carol de documentos importantes que seria quando a escola encaminha um ofício como esse ela, queria encaminhar a declaração de matrícula. E a certidão de nascimento que da Ana não tem a idade. O Nicolas tem foi colocado ali, ele deve estar no segundo ano, acho importante o que a Fátima os meninas que trabalham na Educação Especial falaram. Quando a gente fez a deliberação a deliberação foi feita claro de uma forma mais geral,

porque a nossa primeira experiência e é claro que agora depois de quase dois anos realmente tem que fazer algumas adaptações entre elas essa questão dos alunos autista eu penso. A gente sabe que tem sim a Legislação Nacional ela regulamenta a questão de fazer adaptações para as crianças da alimentação na escola, tudo isso está lá assim como no integral também é para criança ficar almoçar, para ela poder se adaptando porque daí assim como alguns colocam que ele não está sendo incluído ao mesmo tempo se ele sai ele está sendo excluído se vocês pensarem Ah, ele está saindo sim para ir comer em casa, porque ele não consegue mas a gente tem que pensar realmente nessa questão de que aos poucos ele vai se adaptando então a gente pensar aí no limite, que quando lá chegar no quarto no quinto ano, ele já esteja adaptado que ele possa almoçar porque ele não pode chegar lá no quinto ano não conversando com os demais. Porque vai chegar no sexto ano no estado, ele não vai ter isso, vai ser obrigado, a gente e o nosso trabalho também é de fazer essas adaptações e fazer as inclusões dessas crianças. Pensando aí nessa nessas questões, então talvez sim pensar, e eu acho que Dheborá primeiro pensar sempre nos casos individuais, por isso que vem, porque nem todo caso talvez precise, e aí nós temos aí um setor de merenda, tem sim uma função também de adaptar o lanche e principalmente o almoço das crianças e a gente vai ter que pensar porque por legislação por ser um aluno matriculado o lanche vai ter que ir de qualquer jeito para essa criança, ela vai de qualquer jeito ou não vai no caso, eu na verdade eu estou fazendo questionamento que eu também não sei se nesse caso ele vai ou não. E essa mãe daí também tem que regulamentar essas mães ali que acabou essa semana ele não vai almoçar, mas daí lá para quarta-feira, eu vou precisar que ele almoça aí com vocês, então tem que colocar regras muito claras para mãe. Eu fico me perguntando assim, como é que ela sabe, que essa mãe aí sabia que a temperatura não estava boa, se ela não está lá no almoço. Como é que ela sabe de algumas coisas. E assim a gente sempre tem que questionar a escola. Mas a gente tem questões assim que a própria escola, quais são as ações que a escola fez em relação a essa adaptação porque primeiro lugar antes de chegar para nós aqui, ela deveria ter colocado a rotina, o que elas fizeram o que elas não fizeram então quais são as ações que ela fez em relação ao atendimento dessas crianças que é o primeiro lugar que tem que fazer as adaptações o atendimento a ela. Me preocupa, assim me preocupa o menino Nicolas de sete anos que está no segundo ano, claro que eu acho que ainda está numa questão até de adaptação de escola aí e talvez tenha. E a menina em que ano está? Vai que a gente libera e essa menina seja lá do quinto ano, e aí eu já sou contrário porque ela já tem que estar adaptada, mas acho que são questões importantes porque e a gente pensar muito bem porque o Nicolas ele vai sair. E ao sair sempre para almoçar, mas vai abrir uma brecha para outras crianças também isso me preocupa muito inclusive para rede toda. Porque as crianças do em tempo integral, eles também almoçam na escola, então a gente vai estar abrindo brecha. E tantos laudos, aliás se orienta-se, tem que almoçar em casa mesmo que venha do médico quando nutricionista que seja é uma decisão que cabe muito mais a educação no seu momento do que propriamente a eles. Eles vão colocar aquilo para família está solicitando, o que a mãe está pedindo que o pai está pedindo, e a pensar na escola, ela também tem essa função. Então a gente tem que pensar bem nesses dois casos. A gente estará abrindo um leque aí para outros. Mas ao

mesmo tempo acho que também tem que pensar. Eu me preocupei bastante nas colocações feitas pelo Nicolas, ele me preocupou ali bastante. E aí vai precisar com tempo maior de adaptação até com uma criança de segundo ano, aí claro dando um tempo aí que possa depois que retornar e começar a fazer o almoço, a questão de alimentação como a Dheborá colocou o lanche, não colocaram isso para nós e era importante que a gente soubesse a gente saiba se eles estão lanchando ou não, isso é preocupante também que ali entra naquela questão vai ficar cinco horas, seis, sem se alimentar a responsabilidade nossa também. Então eu só quis colocar alguns alertas aí que são importantes.” A Conselheira Caroline questiona “ Maria na tua ficha tem a idade da Ana Luiza?” A Convidada Maria Helena responde “ São duas que foram preenchidas, em dezembro do ano passado para início desse ano então no ano passado. O Nicolas estava no primeiro e a Ana Luiza no segundo. Ana Luiza de abril de 2016 e o Nicolas de novembro de 2017 a data de nascimento deles.” A Conselheira Domingas fala “ Então, concordando com a Ana mas eu vejo assim, nós não precisamos de igualdade mas de equidade, então eu vou dar a criança o direito que ela tem para que ela esteja bem trabalhando com o TEA, a gente sabe que essa desregulação é muito séria, não é uma coisa que é eu vou insistir e ela vai comer não é assim. Ana Luiza está fazendo avaliação aqui conosco hoje por incrível que pareça então foi para o médico solicitou também que verificasse a questão de TEA, mais o Altas habilidade junto, que o médico e realmente ela trouxe o lanchinho dela. Ela fala, mas ela não tem diálogo e acontece realmente essa questão dessa desregulação e isso traz sérios problemas tanto para criança como para quem está no ambiente. Então a alimentação é muito sério, que necessita essa criança também tem terapia nutricional quando a seletividade é muito grande que é o caso da Ana Luiza a seletividade dela é uma seletividade muito grande. Ela só come macarrão, porque nada que seja é muito grãozinho arroz, não dá, são grãos, que vão ficar na boca, então ela não consegue mesmo, a mãe diz que está tratando levando no nutricionista, no médico não nutricionista até eu falei para mãe que seria interessante achar uma nutricionista que faça terapia nutricional, o que é isso? é trabalhar com alimentação lentamente com a criança ensinar a criança naquele horário e trabalhando esses esse movimento com ela aceitar o cheiro na boca textura, é um trabalho muito lento e então eu vejo que não vamos pensar na igualdade, mas sim na equidade eu vou dar essa criança o direito dela estar ali e estar bem e desenvolver mas não pensando que ela tem que ser igual aos outros. Pensar que ela não é igual e que isso causa danos a ela não é esse objetivo nosso enquanto escola, trabalhar com a questão, mas deixar que profissionais façam isso na escola, nós não temos profissionais qualificados, ou seja um nutricionista que trabalham com a terapia alimentar.” A Convidada Maria Helena confirma “ A terapia nutricional alimentar com certeza auxilia sei que não é uma realidade para todos os famílias. Não sei como que está no espaço AMA também essa questão de um profissional nutricionista lá, disponibilizado pela saúde daí seria interessante embora, eu sei também que a demanda do espaço. Mas enfim, eu anotei alguns pontos aqui realmente ainda não regulamentou, das crianças com autismo ou com seletividade de forma geral. A gente já fez consulta por e-mail, ao FNDE, lá Brasília, eles falam que tem que cumprir, de acordo da criança, mas eles não dão muitas instruções de como fazer isso. Então eu vejo cada município tem uma realidade diferente ainda que São José tem a

terceirização e consegue realmente atender todas as dietas todas as seletividades ,ao município que tem administração própria às vezes muitas vezes não vai conseguir fazer isso, eu concordo com que a Ana falou que faltou o relato da unidade assim enquanto aceitação da criança, a gente faz as adaptações, mas é a criança, realmente está aceitando ou não e é quem está lá na ponta na unidade que convive com a criança que vai conseguir nos dizer. Então faltou essa informação a gente até tentou ir como eu comentei aquele dia durante o almoço ver a situação do Nicolas e ele não estava aquele dia ele tinha ido numa consulta se eu não me engano, e concordo com isso que tem algumas questões a gente realmente muito restrito. Mas dito isso a gente está aqui com o resumo alimentar das crianças, foram feitas adaptações para as duas crianças nessa confirmando isso aqui para vocês. E aí quem sabe seria importante realmente pelo relato da unidade sobre aceitação.” A Conselheira Clície reforça que quando a Unidade entrou em contato com o Departamento foi orientado que era necessário entrar em contato com o Conselho “ mas ela não pediu nenhuma orientação sobre o que fazer ou não. Ela só perguntou se ela poderia autorizar outra situação que eu gostaria de ponderar é assim, quando eu falo que o Conselho precisa decidir é que a gente precisa entender os contextos não em âmbito geral, a gente precisa entender a individualidade de cada um eu sei que é difícil normatizar o individual, mas a gente também não pode colocar caixinhas, por exemplo estipular prazo é uma situação que é praticamente impossível. Prazo de três meses para uma criança se adaptar alimentação ela pode se adaptar em uma semana como a gente já teve crianças com TEA que não comiam nem feijão hoje elas comem feijão em dois três meses elas conseguiram e tem criança que faz um ano que você está tentando que ela tome um chá e ela não toma chá então a gente não pode colocar dentro de um contexto ou estipular prazos de determinado situações, mas a gente precisa enquanto Conselho agora eu falo como conselheira, sim estabelecer regras são necessárias . Precisamos cumprir a legislação da alimentação. Precisamos cumprir a LDI, precisamos trabalhar no conceito de equidade, mas a gente também precisa devolver para as unidades, principalmente para as diretoras a responsabilidade de assumir, uma questão de alimentar procurar a divisão de merenda sentar fazer uma reunião e estabelecer junto com a divisão de merenda, o que se pode fazer para melhor atender cada criança cada caso eu vou dizer assim, vou relatar porque eu acredito que isso vai chegar na reunião do Conselho situações que eu vivenciei aqui dentro do departamento das diretoras dizendo que o departamento autorizou a fazer isso autorizou fazer aquilo numa consulta por telefone ou numa visita na escola. Então acho que o Conselho também precisa devolver para as direções das unidades a responsabilização de procurar a divisão adequada sentar discutir e estabelecer de que forma essa criança vai ser melhor atendida na sua alimentação, por exemplo na escola Ernestina a diretora provavelmente não procurou a Divisão de Merenda para sentar para conversar para discutir, ela encaminhou um documento. Mas vendo que esse documento não era necessário não era não é nem necessário, ele não abarcava todas as individualidades ou todas as necessidades dessas crianças, o que ela fez a partir disso? Ela voltou, ela chamou a divisão para conversar para tentar estabelecer esse fluxo acho que as pessoas precisam ser responsabilizadas a direção assumir sua responsabilidade a Divisão de Merenda fazer o seu papel de protagonista dentro dessas questões quando

são solicitadas e serem respeitadas as legislações, mas nós precisamos também entender que a legislação hoje ela não abre possibilidades para um outro acerto, então nós enquanto o município precisamos sim nos debruçar, e abrir possibilidades para outros acordos, outros acertos outros encaminhamentos dentro da alimentação no município.” O Conselheiro Luiz fala “ eu acho que já está meio se encaminhando para o final, a discussão e pelo que eu escutei todos falando e se colocando dentro das suas pontuações ali eu posso ser como propriedade pelo tanto que eu já conheci trabalhando aqui na educação, principalmente aqui ao lado da Clicie e da Fátima ali na questão do especial e também como pai, meu filho, ele tem TEA tem um nível suporte , mas é também trabalhamos com outras dificuldades com outras famílias que tem dificuldades aí com autistas de todos os níveis e o que eu acredito assim que seja uma dificuldade, e primeiro é a dificuldade da família entender a diferença entre inclusão e equidade a gente precisa entender concordo cem por cento com que a Fátima falou ali que a família tem que entender que ela, a criança precisa ter o atendimento, precisa estar dentro da unidade. Eu por exemplo como pai não concordo que essa criança tem que sair para almoçar porque o município ele dispõe a merenda escolar ali para poder atender a família de acordo com o que está sendo colocado pelo médico que acompanha a criança. Aí eu entro na questão da fala da Ana Lúcia que acabou de dizer ali, de repente o que a escola está fazendo, concordo realmente até tinha anotado aqui ,será uma situação de não comer ou de não ter um manejo com essa criança dentro da unidade. Será que a profissional que está dentro da unidade está tendo um manejo correto de ofertar esta alimentação. Será que daí tem que verificar se aqueles profissionais daquele contrato do município estão atendendo também nesse contexto da alimentação ou na hora do intervalo ou na hora do lanche então assim e outra situação que eu coloco aqui é que eu verifiquei na fala da Maria é que a merenda tem sim o protocolo de alimentação especial, mas eu acredito que a merenda ela precisa atualizar-se nesse quesito porque uma vez que a Clicie traz a questão da legalidade que não é tão incisiva com relação a como fazer mas ela é uma lei que precisa ser cumprida. Então ela já está sendo cumprida, mas ela não está atendendo a individualidade de cada indivíduo porque não tem como uma lei fazer isso nem um decreto nem uma normativa que a gente vai fazer aqui pelo Conselho Municipal de Educação então eu acredito que a grande preocupação e a grande situação dessas famílias de nós enquanto famílias, é exatamente isso pessoal , na dificuldade de chegar e quem está ali para atender de repente não saber da informação não ter conhecimento completo do que é aquilo ou de repente de não buscar como tem que buscar é e daí a gente encontra falas como essas de pais e mãe sabendo que a alimentação não está na temperatura correta tal é claro que isso daí é a diretora que falou para mãe, a mãe não inventar de nada porque a pessoa não tem o termômetro lá na hora que chega merenda para ver se chegou no momento certo se chegou com a temperatura correta se dá com cheiro correto ou não então acho que isso daí também tem que partir da própria unidade enquanto ética profissional para poder verificar e sim as questões ali do cheiro da textura dos talheres isso tem que ser da merenda. Isso é da merenda ,não é simplesmente chegar ali um documento de protocolo que a criança come isso e isso aquilo dessa forma passaram isso para a empresa a empresa achar que está entendendo o que está fazendo não aí vem da merenda conversar com essa família trazer para

uma conversa, entender mas eu não acredito que é que seja viável ou oportuno que essa criança saia da unidade vai almoçar em casa e depois retorna porque na prática isso é muito diferente do que na realidade quando um pai, por exemplo no meu caso eu luto para que o meu filho seja tratado, se comporte e esteja tratado como outras, como as outras crianças ele tem as redes cognitivas dele, ele tem as dificuldades dele, mas eu coloco na mente dele que isso é uma condição não é uma dificuldade. Então eu entendo que quando eu tiro ele desse contexto de estar junto com os demais comendo ele vai estar ali quando retornar com uma criança que saiu porque tem uma deficiência e está retornando entende? Então eu não acho que seja isso o caminho eu acho que a dificuldade acontece em respeito a família. Eu acredito sim que a SEMED tem que chamar de família para entender para ver os contextos. Tem que chamar a unidade para entender para ver o que está sendo feito dentro desta escola, dentro das outras escolas, porque não é uma situação única exclusiva dessas duas crianças já digo de passagem e eu bato sempre na tecla dos precedentes, se você libera para dois daqui a pouco já tem três, quatro, cinco. Como foi os casos que nós tivemos aqui também tanto da Educação Especial quanto Educação Infantil quanto do Fundamental sobre as retenções que foram liberados um e dois aí foi trazido vários tipos de pedidos nesse sentido. Então tem que cuidar nessa situação e reforço também a fala da Ana ali no sentido de que faltou realmente da escola maiores informações dos manejos, mas isso eu trago para vocês da prática de quem tem um filho na unidade Municipal que a escola não é tão culpada. Talvez está faltando do da própria SEMED. Trazer isso para as escolas de uma forma mais clara mais transparente no sentido deles entenderem, o que fazer de que forma fazer não somente seguir uma lei que está escrito que tem que ser assim pronto acabou. Eu acredito que essa é a minha contribuição e também é uma justificativa do porque eu descendo aqui também posso defender isso lá na reunião do Pleno, de que não acredito que seja viável essa criança sair para almoçar. Acredito que seja viável sim o município sentar com a merenda entender os manejo que tem que ter com essa criança e as dificuldades não tem uma marca Maria mas tem a possibilidade dentro do teu município tem no contrato exigir da contratada numa situação desse sentido, ou de repente refazer esse contrato com algo mais especial para o público especial do público da Educação Especial, inclusão. Então acho que está assim no tempo de sentar, passou do tempo de sentar e verificar a inclusão e a equidade, o principal falta aqui essa discussão nossa.” A Convidada Maria Helena responde “é algo que a gente pode realmente discutir. Talvez colocar no próximo edital e ver como pode ser feitos que temos um tempo de fazer isso mesmo. É por mais que o nosso contato tenha acabado de ter sido assinado, pelo pregão eu acho que a gente pode sempre revisar tendo as justificativas, fazer algum aditivo de contratos, eu diria que pode ser estudado e isso é feito dessa forma. Eu só queria dizer aqui que a merenda ela vem se debruçando sobre os casos de autismo, esses resumos alimentares, que a família preenche eles podem se preenchidos a qualquer momento, então assim a criança aumentou o leque ou restringiu, mas o resto de alimentos que ela consome pode ser atualizado a qualquer tempo para a gente voltar a fazer adaptações quando a gente tem um relato de que não tem aceitação a gente tenta adaptar mais uma vez, pede para família preencher de novo então, mas a gente como eu falei, realmente depende das informações que a unidade nos traz para a gente atender a

criança da melhor forma. E quanto a gente dá treinamento semestralmente para as diretoras a gente passa essas informações a gente comenta algumas coisas do caso de felicidade, por exemplo: Ah se a criança é só toma no copinho do personagem X, a mãe quer levar o copinho utensílio que ela precisa da criança ter uma melhor aceitação isso pode ser feito, deixe lá na escola um copinho pratinho, que é da criança, a empresa se responsabiliza por higienizar e tudo mais então para tentar ter uma melhor aceitação. Então algumas orientações nesse sentido assim, elas são dadas pela merenda escolar e acho que vale a pena mostrar aqui um pouco do nosso trabalho também a Silvia que ela está fazendo um trabalho bem em conjunto ali com a Sirlei do ETI. Ela foi conversar com as articuladoras que são as responsáveis que ficam ali no horário do almoço. A gente percebeu nessa visita naquele dia, que às vezes é profissional, tentar distrair, enfim poderia ter um momento de conversar com as crianças sobre alimentação motivar fazer algum trabalho de educação alimentar então assim já fez uma fala com ela de tarde disponibilizando materiais para fazer educação já prontos, para fazer educação alimentar e nutricional com essas crianças no contra turno. A gente pediu para as empresas instalarem os passar pratos que é um suporte que fica junto do Buffet a criança consegue apoiar o prato e fazer o alto segmento então isso já existe no CMEI, a gente vai implementando nas escolas também. O setor desenvolve trabalhos de educação alimentar também, mas é aos poucos. Passo a passo entendo que todas as crianças vão ter a mesma resposta a todas essas intervenções das suas atividades, mas a gente segue sim fazendo esse debruçando sobre os casos o nosso intuito não é somente fornecer, mas essa criança realmente consuma aquele alimento.” A Conselheira Carolline questiona se tem essa ficha para que os conselheiros possam visualizar. Maria Helena responde “ Ela é preenchida pela Unidade, a gente coloca alguns espaços de X como: Aceita Leite, aceita iogurte, aceita o arroz e tal que a mãe vai marcando que a gente percebeu que se deixasse muito amplo talvez ele viesse só as informações daqueles alimentos que a gente não consegue ofertar então a gente já fez algumas alternativas de X assim com base nas preparações naquilo que já é ofertado, nos cardápios da alimentação escolar. Aí tem esse espaço para observação, por exemplo aqui é o do início da Ana Luiza por exemplo está aqui, aceita somente carne assada ou frita, não come nada com molho ou cozido. Então essa questão do molho da carne a gente já excluiu para todos os autistas porque a gente percebeu que os autistas no geral preferem comidas mais secas, tem o molho a gente padronizou, se vai frango, para eles vai no só grelhadinho, então acompanha o cardápio padrão, a gente tem algumas regrinhas assim e a mãe colocou aqui, que ela come realmente a carne assada ou frita não aceita o molho daí ela colocou também que faz acompanhamento com nutrólogo e ela colocou assim de fornecer os alimentos que ela aceita com ingredientes mais saudáveis e menos fritura, então fritura, realmente já é algo que não temos na alimentação escolar, então tem espaço para os pais, para a família dele preencher e colocar em observações a gente sempre acompanha ali tudo que eles acabam relatando para a gente.” A Conselheira Carolline questiona se tem alguma observação na ficha do Nicolas e Maria Helena diz “ Só toma suco de morango, uva, pão come somente o francês, ela colocou o cheiro da comida influencia muito mas o cheiro da comida cada mão que foi fazer um, cada cozinheira ali tem o seu o seu toque é o seu jeito enfim aí só acaba influenciando. “ O Conselheiro Luiz

diz “ só mais uma informação assim, que todas essas famílias elas sempre , pelo menos a maioria , mas são abertas assim a ter essa conversa porque eles lutam pela questão da Igualdade dos filhos deles como os demais, pelo menos quem tem mais entendimento sobre o assunto e quem conhece mais ali do que é, mais humano. Então eu acho que de repente chamar para uma conversa mais franca sobre a inclusão sobre a necessidade. Aí cai mais uma vez Fátima sobre as profissionais da unidade, porque às vezes o desconhecimento tanto do trabalho que a merenda realiza dentro da SEMED tanto do próprio trabalho que o Departamento de Educação Especial faz aí no sentido de formação. Quando eles chegam para conversar com essas famílias aí acaba a informação não acaba chegando tão clara quanto vocês aqui colocam, de uma forma tranquila fácil de entender assim porque a lei tem ali tem que ser cumprida, mas a gente precisa dar essa abertura de entender como também essa família está sendo atendida dentro da unidade e por experiência própria, infelizmente alguns profissionais acabam não tendo ali a facilidade de tratar o manejo dessas crianças dessas famílias na verdade, porque daí as crianças realmente não tem muito o que falar. Elas acabam nem falando muitas das vezes , muitas das vezes nem reclamam .” A Conselheira Ana Lucia fala “ É só para colocar teu eu penso que antes de qualquer manifestação. Eu acho que acredito que a escola teria que conversar realmente. Seria verificar com a Maria Helena, eles chegaram a escola pediu alguma orientação para você, fez algum relato dos atendimentos, porque se não fez eu acho que isso é importante para nós, porque nós temos um departamento é uma divisão na verdade, que faz esse trabalho que é o de tratar da alimentação escolar e se a gente não tem a gente já vai estar dizendo ou não pronto, a gente vai estar quase passando por cima dessa divisão. Eu vi ali também que tenha o relato, na verdade o laudo da nutricionista do Nicolas e você se vocês verificarem ela coloca que ele é obeso. Isso quer dizer que qual é a alimentação que essa mãe está dando em casa que ele não quer se alimentar na escola que tem que tem alimentação escolar que é e orientada e toda organizada, para que a alimentação seja saudável para as crianças, então assim o que será que ela dá de almoço que ele não quer almoçar ele quer comer aquilo que tá em casa que está acostumada a comer, ele já está com 40 quilos com uma criança de 7 anos é realmente ele é o mesmo, aí eu acho que entra até a questão de orientação. Ela já tem a sua nutricionista, valeria até um contato aí com essa pessoa isso realmente essa mãe também está dando esse tipo de alimentação, ela coloca culpa na escola , ela coloca a culpa na divisão, mas é eu penso assim que a gente precisaria de mais dados principalmente da escola e me preocupa também quando o Luiz fala assim, eu acho que foi o Luiz que falou da questão de que não é culpa da escola também sinto que talvez faltou orientação aí principalmente na questão da educação integral, elas precisam sim num olhar maior no caso seria o próprio departamento de Ensino Fundamental nessa questão de orientar uma conversa primeiro lá com a divisão para ver o que podemos fazer primeiro por essa criança, para depois chegar me preocupa aquilo já desde o começo que eu coloquei. Vamos cuidar que cada criança é uma criança , pensar na equidade como a Fátima falou também, mas a gente tem que pensar na questão de que limites assim a gente vai ter as regras, mas é claro , colocando lá para o Nicolas, ele vai ficar no segundo ano almoçando em casa, mas pode ser que lá na metade do ano ele já possa se adaptar e voltar não tem problema, que eu estou falando é minha

preocupação lá, quando chegar lá no quinto ano ele já tem que ter vencido essa tarefa essa tarefa, essa questão porque ela não pode não pode ir para o sexto ano com a mãe pensando que ela vai tirar da escola integral e vai trazer Ah, mas a mãe pode colocar numa escola que não seja integral, vou dizer para vocês, nós estamos caminhando do governo federal, ele tem todas as crianças todas as escolas sejam. É isso que é a intenção, já coloquei isso algumas vezes para vocês que o Brasil é um dos únicos países que ensina a criança em quatro horas tem um que para outros países são absurdo, se a gente for pensar a gente realmente às vezes sobrecarrega nossas crianças aí e precisam melhor, então é só para colocar eu acho acredito que precisa de um acompanhamento e mais dados para o Conselho para a gente poder resolver essa questão.” A Conselheira Carolline retoma “ Então dentro do que vocês falaram eu vou direcionar mais ou menos dentro da ideia de vocês e vejo se é mais ou menos isso, do que eu entendi ali, da fala da Ana e da Clicie que há um parecer em igualdade, que a Divisão de Merenda ela cria esse fluxo para essas duas crianças e como vai ser ingerida a alimentação dela. Então eu acredito que hoje o Conselho não vem, a câmara não vem com uma decisão dessa criança sair para almoçar, mas sim que a direção busque junto a divisão melhor caminho para essas duas crianças, é isso? Eu vi que a divisão ela já fez esse acompanhamento, até porque a Maria está ali com as fichas, já foi sinalizado alguma coisa para Divisão de Merenda, creio que agora o que dá para a câmara aqui, estabelecer é que a unidade busque a Divisão de Merenda novamente crie um plano de atendimento para essa criança para que ela seja melhor acompanhada. Eu não gosto de falar essa palavra porque parece que não foi acompanhada essa criança, mas que ela então seja acompanhada de uma forma mais efetiva, mas eu achava necessário que a gente colocasse um prazo. Nem que fosse o primeiro semestre e havendo necessidade que se voltasse para o segundo novamente, que seja feito um relatório para o Conselho sobre como essa criança vem se comportando nesse primeiro semestre, de fechamento para daí, a gente dar continuidade ou não dela permanecer se alimentando somente na escola.É mais ou menos isso que eu entendi .” A Conselheira Ana Lucia reforça “ só rapidinho pensar que a escola tenha que já relatar para nós o que foi feito o ano passado para ele o que ela fez para poder chegar no final do ano e dizer não, ele tem que ir para casa almoçar, mas o que a escola fez, os atendimentos que foram feitos, relatou, conversou viram que não temos nada também do departamento do Ensino Fundamental, a gente precisaria também desse relato porque é uma escola, tem ensino fundamental também, com atendimento inclusivo, então seria necessário.” A Conselheira Clicie afirma estar de acordo porém precisa se ausentar da reunião. Maria Helena diz “ Assim quando chega no momento que a mãe chega aqui na SEMED, é porque realmente a escola, na minha visão não sei não consegui conversar ali com a mãe não consegui orientar então veio relatos da unidade, que eu me lembre que foi realmente depois que a mãe veio aqui daí que a gente entrou em contato, que estava acontecendo então acho que uma conversa em conjunto pode ser efetivo nesse sentido, só gostaria daí Carol que daí o Departamento Fundamental ou Especial, não sei muito quem cuidaria disso, estivesse junto na reunião. A Divisão De Merenda ela cuida da alimentação. Mas eu acredito que tem umas questões, talvez pedagógicas de maior entendimento dos departamentos que seria importante alguém ou que seja o representante do ETI ou qualquer outro.” A Conselheira

Carolline reforça “ Também eu acho que todos Maria, eu creio que a inclusão, especial aí a educação em tempo integral. Acho que todos para fechar bem certinho isso. Eu Acredito até que nesse caso você como conselheira ,sabe tanto como Divisão de Merenda, mas como conselheira também quando houver isso, entre em contato aqui com o Conselho para que fique também essa demanda para o conselho, você como representante se coloque também, olha eu sou conselheira, me coloco também como conselheira dentro dessa reunião para estar repassando ao Conselho o que vai ser conversado aqui é importante para que a gente tem uma devolutiva.” Maria Helena confirma. A Conselheira Ana Lucia reforça que todos os setores envolvidos deveriam ser chamados e diz “ Penso sempre que a orientação é de que a escola deve chamar a divisão lá e não encaminhar a mãe. Porque sabe que fica aparecendo, eu não quero resolver vou deixar para vocês resolverem lá na secretaria, parece que não se sente envolvida, eu acho tanto Educação Especial quanto fundamental, aí tem que participar . Talvez seja importante nesse caso porque eu acho uma situação que você participa junto, porque quando chegam nessas situações assim como família, eu sempre participava das famílias saberem o Conselho então aqui eu estou atenta. A gente está tentando resolver, mas é importante que você saiba quem são as pessoas, agora estamos tratando pela pensar assim. Acho que a reunião deveria ser lá na escola para ela sentir sim, a secretaria está, o Conselho está todos estamos envolvidos com as questões do seu filho, então além de ter uma reunião com a escola que pode ser uma hora antes, ou meia hora antes, depois chamar a mãe também para ela e saber o que a nutricionista orientou mesmo a senhora em relação à alimentação, porque ele está com ele, com 40 Kg. Ela coloca como obesidade, colocar para ela todas as legislações envolvidas que ele não pode ficar se afastando porque tamanho pode ser muito fácil agora dizer assim. Mas coloco de novo essa preocupação. Por isso que cada caso é um caso que a gente tem que pensar em cada um deles com equidade aí como a Fátima falou e pensando no Luiz como pai também, ele ainda tem esse olhar por estar aqui na educação, mas a mãe parece que ela está no caso mais individual pensando nela, e talvez a outra mãe também a mesma coisa, então acho que primeiro sentimos para depois realmente tomar essa decisão que para o Conselho ,que é uma decisão mais assertiva.” O Conselheiro Luiz concorda com a fala da Conselheira Ana, reforçando “ vai demonstrar para essa família e para toda a rede que o Conselho Municipal de Educação está sim importando-se com essas famílias , está sim debruçada sobre o bem atender sobre o melhor a colocar essas famílias a par de tudo. Acho que essa é a melhor decisão a se tomar viu Presidente.” A Presidente Dheborá fala “ E assim só para completar o que foi colocado, eu acho que a gente está colocando um peso bem grande no almoço, mas eu vejo assim que é uma questão de alimentação para o dia inteiro, que o que vale para o almoço vale para as outras coisas. Então se estão conseguindo fazer o lanche, talvez exista uma possibilidade de conseguir fazer esse almoço. Porque eu penso assim claro, eu não conheço a criança nada mais olhando assim de fora se a criança não é capaz de ficar no almoço que é o que foi pedido, como que ela é capaz de permanecer o dia inteiro na escola?Então eu acho que tem alguma coisa aí que não está se encaixando. Acho que essa reflexão tem que ser feita, porque precisa ter ali uma linha, então ah, ela aceita o cheiro da alimentação, ela aceita o barulho na hora do lanche, ela aceita forma com que é servida na

hora do lanche mas na hora do almoço ela não aceita ,então assim acho que isso precisa ser questionado precisa ser verificado, porque se ela não aceita, então como é que ela aceita ficar o dia todo no nesse ambiente? Ou ela não aceita ? Estou aqui eu supondo.Então acho que essas reflexões acho que precisam ser feitas nesse dia nessa reunião.Porque a gente ficou aqui falando do almoço, mas não é só almoço é o fato dela permanecer o dia inteiro e tem as outras refeições que também são tão importantes quanto o almoço.” A Conselheira Carolline retoma reforçando que será feito um Parecer, colocando a necessidade de uma reunião com a família,divisão de merenda,a unidade e todos os setores buscando uma adequação alimentar para ser ofertada a criança. Solicitar um relatório da unidade esclarecendo a rotina da criança, comportamento dela para assim retomar a discussão, ainda no primeiro semestre. A Conselheira Ana Lucia sugere que não seja realizado agora um Parecer, mas após o relato da unidade do que foi realizado com a criança no ano anterior. A Conselheira Domingas diz “ Concordo com a Ana não tem Parecer agora não precisa ser estudado bem melhor, até porque eu não diria que eu concordo que a criança não pode sair porque não posso concordar que essa criança fique sem se alimentar.” O Conselheiro Luiz fala “ acho que não é um parecer, mas seria assim uma resposta pelo que eu estou entendendo no sentido assim, estamos em estudo sobre os casos, mas até lá? A criança ela vai continuar comendo na escola, então acho que é nesse sentido que a gente tem que se preocupar, nós estamos estudando não vai sair o Parecer agora mas e até lá como é que vai ser essa família, ela vai continuar comendo lá vai sair para comer então acho que essa resposta que a gente tem que decidir agora, o Parecer de fato não deve sair agora porque está faltando muito informação da escola nesse caso aí ,então mas o que fazer até lá seria mais ou menos nesse sentido que eu entendi pelo que Carol colocou ali, porque a gente não tem como decidir nada agora faltando tanta informação que está faltando assim, mas eu pergunto o que fazer então com essas crianças até a gente decidir. Que a gente tem que pensar não é no parecer em si, mas e como essa criança vai ficar até esse parecer sair.” A Conselheira Ana Lucia fala “ Eu penso que permanece como está. Porque a gente não pode fazer uma alteração que depois a gente vai ter que alterar de novo, então ela permanece almoçando na escola, até que se tenha os estudos e as conversas necessárias, isso tem que ser o quanto antes, mas que ela permaneça dessa forma.” A Conselheira Carolline fala “ O que mais me preocupa de liberar uma criança sair da escola é o que a Ana falou ,eu penso num contexto todo de qualquer criança. Independente da inclusão ou não tem crianças que não tem que não são TEA, mas que tem dificuldades alimentares, devido ao meio e outras condições. E aí então se você dá condição para uma criança está abrindo para dar condição para o mundo todo. Então assim, eu entendo que a Fátima falou e o que me preocupa muito porque a Fátima e Clicie estão na ponta ali representando a Educação Especial, eu me preocupo com isso. Como que essa criança, mas então vamos solicitar um portfólio dessa criança alimentar.” A Conselheira Domingas diz “ A gente vê que depende do nível e essa Ana Luiza, ela é um nível. Então eu vejo assim que até o tempo dessa criança na escola como a Dhebora falou é questionável. Dela ficar o período todo então não sei de repente eu lembro uma época que a gente discutiu e que a gente até falou então crianças que não podem ficar o dia todo que não pode almoçar não deveriam estar na escola integral. Deveria estar numa escola

meio período, a gente conversou já sobre isso aquela vez que daí a gente poderia sugerir isso para mãe.” A Conselheira Caroline confirma e diz “ é a gente não sabe a necessidade da família da criança, está em tempo integral, mas ela tem disponibilidade de vir buscar a criança trazer . Então ela tem alguma flexibilidade ali dentro de um de uma vida do trabalho. O fato é a gente se reunir com a escola e posteriormente com a família para que a gente possa estudar melhor isso, mas nesse primeiro momento o meu entendimento do que vocês estão falando que não que essa criança permanece alimentando na escola e que seja criado com a divisão de merenda alternativas para que essa criança seja de alguma forma polida. E aí eu tenho essa preocupação também, ele vai para casa, será que ele volta?” A Conselheira Caroline reforça que fará a resposta ao Ofício e encaminhará aos conselheiros antes de enviar a Unidade. O Conselheiro Luiz diz “ Mas o prazo é interessante Carol , seis meses aí.” A Conselheira Caroline responde “ Luiz um portfólio dessa criança que conte ali como ela vem se alimentando eu acho super importante, mas eu acredito que isso seja também na reunião que a gente vai propor da Divisão de Merenda, aí Maria Helena, a gente marcando essa reunião pode contar com a minha presença, não tem problema nenhum. Vou solicitar no Ofício que ela entre em contato com vocês com a divisão. E aí você vocês enquanto divisão articulam essa reunião convidando os outros, para participar.” Maria Helena responde “ Conseguir colocar nesse resposta do Ofício que as outras , a indicação a sua orientação.” A Conselheira Caroline afirma que o fará, agradece a todos pela presença e encerra assim a 1ª Reunião Ordinária da Câmara de Ensino Fundamental / Especial.

Ata digitada por Vanessa Ribeiro de Andrade Silka, será aprovada pelos Conselheiros presentes e assinada pela Presidente da Câmara de Educação Ensino Fundamental / Especial de São José dos Pinhais,